

O extemporâneo "lobby" das multinacionais na Constituinte

Paulo Kramer (*)

Parace brincadeira, mas só agora, ano e meio depois da instalação da Constituinte e a poucas semanas do encerramento dos seus trabalhos, é que os superexecutivos multinacionais se lembraram de defender seu caso perante a opinião pública. O recente e bem produzido programa de televisão mostrando o papel do capital estrangeiro no desenvolvimento do País é um case digno de ser dissecado pelos lobistas do futuro como uma ótima iniciativa de RP prejudicada pela extemporaneidade.

A rígida definição de empresa brasileira, a preferência por firmas de capital nacional nas compras governamentais, a exigência de maioria absoluta de capital nacional para a formação de joint-ventures, a transformação do mercado interno em "patrimônio nacional" (se a moda pega mundo afora, o que será dos megassuperávits que hoje nos permitem pagar pelo que importamos e honrar nossa dívida externa?) — tudo isso constitui um rosário de derrotas a indicar o completo despreparo dos representantes do capital estrangeiro para compreender as mudanças do ambiente político e influenciá-las positivamente. Vejamos alguns erros de avaliação e tropeços de lobbying que redundaram num projeto de Carta tão xenófobo:

1. Insensibilidade às tendências anticapital estrangeiro — É impressionante a cegueira das multinacionais ao recrudescimento da xenofobia no seio da elite política brasileira nos últimos anos. A aprovação pelo Congresso da Lei Nacional de Informática, em 1984, deveria ter sido encarada como sinal inequívoco dessa tendência. Contudo, empresas como a IBM sustentaram o sentimento nacionalista de ampla maioria do estabelecimento militar (a cuja sombra nasceu a informática brasileira) com vasta clientela ideológica nos arraiais da tecnocracia e da intelectualidade acadêmica, que são poderosos segmentos formadores de opinião popular e da elite.

A intransigência da IBM, refletida em sua dogmática



recusa a formar joint-ventures para transferência de tecnologia, soou como senha de ataque para políticos de esquerda e de direita que viam na reserva uma panacéia para o nosso atraso tecnológico (quem não se lembra da "dobradinha" Cristina Tavares-Virgílio Távora?). Para coroar esse festival de insensibilidade, as multinacionais da informática ungiram Roberto Campos como paladino de sua luta. Por maior que seja a admiração suscitada pelo talento retórico e pelo brilho intelectual de Campos, como ignorar que sua biografia arrasta a pecha de maior "entreguista" do Brasil. Em política, assim como a versão vale mais que o fato, o valor intrínseco de uma personagem importa menos que os rótulos que os outros lhe atribuem.

De lá para cá, as multinacionais não tiveram sucesso em reverter essa tendência. Pesquisa publicada na Folha de S. Paulo há um mês mostra que mais de

60% dos entrevistados apóiam as novas restrições constitucionais ao capital estrangeiro. Diante desse quadro, como qualificar a declaração dos presidentes de quatro grandes multinacionais de que uma "caixinha" de US\$ 2 milhões financiaria o lobby pela supressão de disposições adversas?

2. Desperdício de trunfos promocionais — As multinacionais não souberam construir uma boa imagem pública à base dos trunfos que as colocam na vanguarda econômica e social do capitalismo brasileiro. Afinal, além de canalizarem capitais e tecnologias inexistentes no País, elas mantêm programas de treinamento, seguridade, cargos e salários e participação nos lucros que estão anos-luz à frente de suas congêneres nacionais (estatais ou privadas). Numa conjuntura marcada pela questão do resgate da dívida social, por que as multinacionais não investiram numa campanha de longo

prazo para esclarecimento de eleitores e eleitos sobre suas realizações nessa área?

3. Dependência face ao Executivo — Este erro, a bem da verdade, não foi apanágio das múltiplas, tendo sido cometido em larga escala pelos empresários nacionais e suas entidades de cúpula (UB, CNC, CNI, FIESP, etc.). Trata-se da incapacidade generalizada do empresariado de perceber que a Constituinte instaurou um conflito de poder com o Executivo, tornado mais e mais agudo à medida que o governo Sarney se enleava em sucessivos fiascos de política econômica.

Num tiroteio, quem insiste em permanecer sobre o muro arrisca-se a ser alvejado pelos dois lados. Condiicionados por um reflexo de subserviência interesseira ao longo de duas décadas de Executivo forte, raros são os empresários que, vindo a Brasília com objetivo de acompanhar votações da Constituinte,

resistem à tentação de dar antes uma passadinha no Palácio do Planalto e "fazer média" com um presidente às turras com o Parlamento.

Como essas pessoas esperam ser recebidas em plenário ou nos gabinetes de deputados e senadores? A persistência nesse comportamento poderá custar ainda muito mais caro aos empresários após a promulgação da Carta, na etapa de adaptação das leis ordinárias e complementares.

Com o fim do decreto-lei e do decurso de prazo e a retomada da prerrogativa congressual de decidir sobre receitas e despesas, os lobistas empresariais serão obrigados a trocar o aconchego das salas de espera e dos gabinetes refrigerados da burocracia pelo burburinho do plenário, os complicados trâmites das comissões técnicas e o corpo-a-corpo com centenas de congressistas e assessores legislativos, os quais deverão ser conve-

nientemente informados e persuadidos.

Enfim, a lista de gafes é incrivelmente longa, mas seu sentido geral é um só: ao confundirem low-profile com no-profile, as multinacionais aceitaram resignadas a livre circulação da mitologia xenófoba e anticapitalista que influenciou a maioria dos autores da nova Constituição, em prejuízo da integração competitiva do Brasil a um mercado internacional em rápida e profunda transformação. A única esperança de minimizar esses danos em futuro próximo (adaptação das leis existentes) está em seus lobistas e executivos reconhecerem que o princípio número um de qualquer democracia pluralista é "quem não chora, não mama" — como ensinava o saudoso Barão de Itararé.

(*) Professor-visitante do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da UnB e consultor de empresas, em Brasília.